sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95. Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 828746

Notificação Nº.: 72708/CONJUR/2015

Á

RAIMUNDO NONATO DA SILVA BRITO

End: AV. CRISTO REI S/N, BAIRRO: INDUSTRIAL.

CEP: 68590-000 Jacundá - PA

Pelo presente instrumento, fica RAIMUNDO NONATO DA SILVA BRITO CPF Nº 655.665.132-04, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 21879/2011, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 4409/2011, por estar exercendo atividade de indústria madeira, sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 6611/2012, nos termos que dispõe o [art. 70 da Lei Federal nº 9.605/98, as condutas discriminadas no art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/95](#), aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 2.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 I; 122 I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação

Protocolo 828747

Notificação Nº.: 72459/CONJUR/2015

Á

PALMA AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA

End: RUA LONDRES, 13 B CONJ.CITY PARK

CEP: 67.013-030 Ananindeua - PA

Pelo presente instrumento, fica PALMA AMAZÔNIA FLORESTAL LTDA CNPJ Nº 63.841.613/0001-71, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 6365/2012, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 2439/2012, por estar exercendo atividade de destruição de vegetação nativa sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 9788/2013, nos termos que dispõe o [43 do Decreto Federal nº 6.514/2008, as condutas discriminadas no art. 118, inciso VI, da Lei Estadual](#)

[nº 5.887/95](#), aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 7.501 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 II; 122 II, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 828749

Notificação Nº.: 72772/CONJUR/2015

Á

CAMPASA CAMARÕES DO PARÁ SA

End: POVOADO DE ABADÉ S/N BAIRRO RURAL COMPLEMENTO ABADÉ

CEP: 68750-000 Curuçá - PA

Pelo presente instrumento, fica CAMPASA CAMARÕES DO PARÁ - S.A CNPJ Nº 05.032.867/0001-42, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 37059/2011, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 3804/2011-GEAM, por estar exercendo atividade de BENEFICIAMENTO DE PESCADO E OUTROS, sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 6626/2012, nos termos que dispõe o [art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, as condutas discriminadas no art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/95](#), aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 6.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 I; 122 I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 828750

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 21297/2011

NOME DO INFRATOR: MEJER AGROFLORESTAL LTDA

INFRAÇÃO: Art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995 e Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art.93 da Lei Estadual nº 5.887/1995 e Art. 60 da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: 7.000 UPF's.

DATA DO PAGAMENTO: 10.08.2012

Protocolo 828740

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 8041/2011

NOME DO INFRATOR: FIRMO EDEN DE FARIAS

INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 2º da Portaria do IBAMA nº 42/2007; Art. 34, inciso III da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: 250 UPF's.

DATA DO PAGAMENTO: 17.07.2012

Protocolo 828741

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 29806/2013

NOME DO INFRATOR: SERRARIA SM LUIS LTDA

INFRAÇÃO: O interessado enquadrado-se no Art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

PENALIDADE: Multa de 20.000 UPF's.

DATA DO PAGAMENTO: 11.11.2013

Protocolo 828742

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 398153/2006

NOME DO INFRATOR: BRANDÃO E COELHO LTDA

INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93 da Lei Estadual nº 5.887/95

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através de seu titular determinou a ANULAÇÃO do Auto de Infração nº 205/2006-DISUP, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

Protocolo 828744

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 207837/2008

NOME DO INFRATOR: INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS

GENIALLE LTDA

INFRAÇÃO: Art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93 e 94 da Lei Estadual nº 5.887/1995.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através de seu titular determinou a ANULAÇÃO do Auto de Infração nº 1110/2007-DIFAU, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

Protocolo 828745

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 21307/2011

NOME DO INFRATOR: MEJER FLORESTAL LTDA

INFRAÇÃO: O interessado enquadrado-se no Art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995 e Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 93 da Lei Estadual nº 5.887/1995 e Art. 18 da Resolução CONAMA nº 237/1997.

PENALIDADE: Multa de 5.000 UPF's

DATA DO PAGAMENTO: 10/08/2012

Protocolo 828748

PORTARIA Nº 0541/2015-GAB/SEMAS

BELÉM, 14 DE MAIO DE 2015

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Processo nº 10853/2015 e Mem. 122165/2015/GABSEC;

CONSIDERANDO: O Decreto nº 734/1992, lei 5.810/1994, Art. 145 a 149 e Orientação

Normativa nº01/2008-AGE/PA;